

43º DIA DO JULGAMENTO DO ESCÂNDALO DAS “DÍVIDAS OCULTAS”

## Apolinário Panguene diz que IGEPE teve um envolvimento residual na EMATUM porque o Ministério das Finanças cuidava de todos os detalhes

- Depois do habitual interregno às quartas-feiras, o julgamento do maior escândalo financeiro de Moçambique retomou ontem, com a audição do economista Apolinário Panguene, à data PCA dos factos PCA do Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE) – entre Agosto de 2011 e Dezembro de 2015. O declarante contou que em data não precisa do ano 2013 foi solicitado pelo então Ministro das Finanças (Manuel Chang) a fim de o informar que o Estado moçambicano tinha decidido criar uma empresa com duas componentes: uma relativa à segurança e outra comercial (pesca e comercialização do atum”).



**A**polinário Panguene disse que teve acesso a um estudo de viabilidade da EMATUM que terá sido elaborado por uma empresa suíça, mas não se lembrava de quem teria recebido: se do próprio Ministro das Finanças ou da então Directora Nacional do Tesouro (Isaltina Lucas). Além do estudo de viabilidade da EMATUM, o declarante fez saber ainda que lhe foi apresentado a estratégia nacional de pesca do atum elaborado pelo Governo de Moçambique.

E os documentos mostravam que Moçambique não estava a explorar a sua cota de atum devido à incapacidade das empresas nacionais, sendo que a solução era licenciar empresas estrangeiras para esse fim, ficando o Estado a cobrar taxas e impostos. À época, a pesca do atum nas águas moçambicanas era dominada por empresas espanholas, japonesas e chinesas, que tinham no total mais de 100 barcos, contra menos de cinco de Moçambique. Por isso, acreditava-se que com o projecto da EMATUM, o Estado estaria em condições de aumentar a exploração da sua cota e melhorar a capacidade de coleta de receitas.

Foi por essa e outras razões que o então Ministro das Finanças orientou o IGEPE, instituto por si tutelado, a subscrever parte do capital social da EMATUM. “Como era uma decisão do Estado, não foi necessário levar o estudo de viabilidade da EMATUM e a estratégia nacional de pesca de atum elaborado pelo Governo à apreciação do conselho de administração do IGEPE”. À uma pergunta do tribunal, o declarante explicou que o procedimento normal seria a submissão da proposta de estatutos da empresa ao gabinete jurídico do IGEPE para a emissão do competente

parecer, mas no caso da EMATUM “os estatutos vieram do cartório privativo do Ministério das Finanças”.

Apolinário Panguene não se lembra com precisão da data em que o IGEPE assinou a escritura pública da constituição da EMATUM, mas presume que tenha sido no dia 2 de Agosto. E nessa data não estavam os representantes de outros accionistas da EMATUM, nomeadamente da EMOPESCA (empresa detida pelo IGEPE em 80% e tutelada pelo Ministério das Pescas) e da GIPS (empresa ligada aos serviços secretos). “Só vim a conhecer os representantes do accionista GIPS tempo depois da constituição da EMATUM”. O IGEPE não pagou a subscrição da sua participação na EMATUM e o declarante alegou que quem devia pagar era o Ministério das Finanças.

Segundo o declarante, o IGEPE não esteve envolvido nem no processo de elaboração do estudo de viabilidade, nem na negociação dos contratos de fornecimento e de financiamento da EMATUM. “O IGEPE não fez parte dos órgãos de gestão e administração da EMATUM, como era suposto acontecer. A explicação dada pelo Ministro das Finanças é que estavam envolvidos altos investimentos e era necessário que o controlo fosse feito directamente pelo Ministério das Finanças. O Ministro falou comigo e disse que tinha escolhido aquelas pessoas – funcionários do Ministério das Finanças – para os órgãos sociais da EMATUM por serem da sua confiança e para garantirem o retorno do investimento do Estado. Eu recebi uma lista do Ministério das Finanças com a indicação dos titulares dos órgãos sociais da EMATUM. Não sei quem indicou o PCA da empresa”.

Apesar de ser PCA do IGEPE – accionista

maioritário da EMATUM, Apolinário Panguene disse que nunca teve contacto com os activos da empresa. Entretanto, fez notar que uma vez foi convidado pelo então PCA António Carlos do Rosário para visitar as embarcações da EMATUM. Mas devido à sobreposição de agendas não foi possível efectuar a visita, alegou.

Em 2015, Apolinário Panguene participou, na sua capacidade de PCA do IGEPE, na assembleia-geral da EMATUM que tinha como agenda a aprovação das contas do exercício económico do ano anterior. Nessa reunião, o declarante exerceu, de forma *ad hoc*, as funções de presidente da mesa de assembleia-geral da EMATUM. “Nesse dia visitei as instalações da EMATUM e fui informado pela senhora Cristina Matavel que não devia chegar à cave do edifício porque lá estava armazenado o material de defesa”.

Tendo participado da assembleia-geral da EMATUM em representação do accionista maioritário, o declarante foi questionado pelo Ministério Público sobre a saúde financeira da empresa com vista à realização do objecto social a que se propunha. E a resposta foi: “A única coisa que sei é que os resultados apresentados naquela assembleia-geral eram negativos. Não tive detalhes para avaliar a saúde financeira da EMATUM”. Apolinário Panguene afirmou que a intervenção do IGEPE na EMATUM era residual e o “Ministério das Finanças é que cuidava de todos os detalhes”. Acrescentou que o IGEPE não teve nenhuma intervenção na concepção do projecto da EMATUM, alegando que era um projecto do Estado. “Fomos convidados para ajudar o Estado na concretização deste projecto”.

## Ivone Lichucha diz que foi administradora da EMATUM por indicação de Victor Borges, então Ministro das Pescas

Ivone Lichucha, terceira declarante do dia, é funcionária do Ministério das Pescas e, de 2013 a 2015, exerceu as funções de administradora da EMATUM. A declarante lembra que em finais de Julho de 2013, compareceu na sua direcção, no Ministério das Pescas, António Carlos do Rosário, tendo se apresentado como empresário que queria desenvolver a pesca de atum em Moçambique. Na altura, a direcção de Ivone Lichucha era a “porta de entrada” de projectos de investimento no sector das pescas. A declarante disse que não sabia que António Carlos do Rosário era oficial do Serviço de Informação e Segurança de Estado (SISE).

No dia 2 de Agosto de 2013, data da criação da EMATUM, o então Ministro das Pescas, Victor Borges, indicou Ivone Lichucha



para representar o Ministério das Pescas na empresa, como administradora. No mesmo dia, já no período de tarde, a declarante foi participar no acto constitutivo da EMATUM, que teve lugar no Cartório Privativo do Ministério das Finanças. “Os documentos que assinamos já estavam prontos”. A declarante lembra ainda que recebeu orientação do então Ministro das Pescas para convidar o então PCA da EMOPESCA para participar no acto constitutivo da EMATUM.

Depois de ter participado na criação da empresa, a declarante conta que recebeu, mais uma vez, António Carlos do Rosário, e desta vez ia acompanhado de mais duas pessoas que falavam inglês. Basicamente, a equipa liderada por António Carlos do Rosário pretendia saber como é feita a pesca de atum, em que áreas, que artes são usadas, que espécies ocorrem nas águas moçambicanas, em que épocas e outras especificações técnicas. “Eles disseram que estavam a preparar um estudo de viabilidade”.

Ivone Lichucha disse que nas grandes empresas de pesca, o Ministério das Pescas fazia-se representar pela EMOPESCA. Entretanto, a declarante não sabe dizer se o então Ministro das Pescas teria orientado o então PCA da EMOPESCA para subscrever uma participação da empresa na EMATUM. Teve acesso ao estudo de viabilidade da EMATUM, mas não se recorda de ter visto no mesmo aspectos relacionados com defesa e segurança.

A declarante foi administradora do pelouro de operações da EMATUM de 2013 a 2015 e, nessa capacidade, tinha como atribuições inteirar-se de como seria desenvolvida a pesca do atum, a construção de embarcações e a sua atracção. Lembra ainda que nesse período ocorreu uma faina de pesca de atum.

Sobre os elevados custos relacionados com a atracção e seguros das embarcações, bem

como com as operações, Ivone Lichucha disse que quando as embarcações chegaram e iniciaram a pesca, quem cuidava das despesas das operações era outro pelouro. “Outro aspecto é que no momento em que as embarcações começaram a operar eu não fazia parte, a tempo inteiro, da EMATUM. Já não era administradora executiva, era administradora não executiva. Não fui eu quem recebeu os barcos. Fui convidada para assistir à descarga da primeira faina e depois não acompanhei de perto as operações. Não me lembro da quantidade de atum que foi descarregado na primeira faina.”

Questionada sobre a origem da isca (lula) usada pela empresa, a declarante disse que não tinha conhecimento. “Geralmente a isca do atum é adquirida fora de Moçambique. Mas eu não tive informação de como é que a lula usada pela EMATUM foi adquirida e onde. Lembro-me que quando ainda estava lá tive a informação de que a isca só poderia ser adquirida fora do País”.

A declarante não acompanhou o processo de adaptação das embarcações que terá sido feita em Moçambique. Mas lembra que visitou os estaleiros navais onde estavam a ser fabricadas as embarcações na França, em Dezembro de 2013. E do que constatou, as características técnicas, como o comprimento das embarcações e potência do motor, estavam dentro do regulamento da pesca marítima. Mas em termos sanitários, era necessário que a instituição responsável, nomeadamente o Instituto Nacional de Inspecção do Pescado, fosse fazer a pré-inspecção.

“Quando voltamos da França aconselhamos o conselho de administração da EMATUM para contactar o Instituto Nacional de Inspecção do Pescado para fazer as devidas recomendações. Entretanto, o Instituto antecipou-se e chamou a EMATUM para abordar a

situação dos barcos. Foi depois desse encontro que dois inspectores foram à França ver as embarcações e fizeram a pré-inspecção, cujo relatório foi enviado à empresa. O relatório indicava os aspectos que precisavam de ser melhorados”.

Ivone Lichucha disse, citando informações estatísticas do sector das pescas, que a EMATUM chegou a exportar atum para Espanha, Uruguai e China. Perguntada sobre as receitas obtidas na exportação do atum, a declarante respondeu que não tinha informação. À pergunta porquê razão não foram realizadas mais fainas de atum, respondeu que não sabia porque em 2015 já não fazia parte da empresa. “A pesca começou em finais de 2014 e em 2015 eu já não estava na EMATUM”. Disse desconhecer a ligação existente entre a EMATUM, ProIndicus e MAM, alegadamente porque só ouviu falar das outras duas empresas através da imprensa.

Sobre os arrastões que constavam do contrato de fornecimento, a declarante explicou que o objectivo era que fossem usados na captura de pequenos peixes, nomeadamente sardinha e carapau, que seriam usados como isca. “Quando recebi a informação sobre os meios encomendados, constavam embarcações arrastões. O então PCA António Carlos do Rosário disse que os arrastões eram para a captura da isca. Mas a isca geralmente usada para a captura de atum é a lula. Não sei se o carapau e sardinha dariam bons resultados”.

Como administradora executiva da EMATUM, recebia um salário líquido de 168 mil meticais, incluindo subsídio de combustível e despesa de representação. “Recebi ainda uma viatura de afectação. Não tenho domínio dos critérios usados para a fixação da remuneração dos membros do conselho de administração da EMATUM, mas penso que foi com base na comparação feita com outras empresas”.

## Armando Tchau diz que EMOPESCA subscreveu a sua participação na EMATUM antes da decisão do conselho de administração

Segundo declarante a ser ouvido ontem pelo tribunal, Armando António Tchau é antigo quadro da EMOPESCA, empresa detida em 80% pelo IGEPE e em 20% pelo Fundo de Fomento Pesqueiro (FFP). Em Agosto de 2013, o declarante disse que recebeu uma chamada do então PCA da EMOPESCA a solicitar uma reunião urgente do conselho de administração para decidir sobre a participação da empresa na EMATUM. No encontro realizado num restaurante da Cidade de Maputo, foi informado que o PCA tinha estado num encontro no Ministério das Finanças onde foi discutida e decidida a constituição da EMATUM, e que, por orientações superiores, a EMOPESCA devia subscrever a sua participação na nova



empresa.

Na verdade, o então PCA da EMOPESCA já tinha subscrito, no encontro que teve lugar no Ministério das Finanças, uma participação de 33% do capital social na EMATUM, mas procedera sem nenhum documento que o conferisse mandato para tal. Foi assim que convocou os membros do conselho de administração para produzirem, a posterior, um documento que o conferisse mandato para um acto que já tinha praticado em nome da EMOPESCA. E no encontro realizado no restaurante foi produzida uma acta do conselho de administração que conferia mandato ao então PCA da EMO-

PESCA para subscrever uma participação na EMATUM.

Mas esta não foi a primeira versão que Armando Tchau apresentou ao tribunal. O declarante tentou construir uma narrativa diferente e coerente, mas foi confrontado com as suas declarações prestadas na Procuradoria-Geral da República (PGR), em Agosto de 2018. O juiz Efigénio Baptista questionou ao declarante porquê razão estava a prestar declarações contrárias àquelas que tinha prestado durante a instrução preparatória. Armando Tchau ainda tentou insistir que a versão correcta era aquela que estava a prestar ao tribunal, mas

mudou de ideia quando o juiz fez questão de o lembrar que, como declarante, estava proibido de mentir e corria o risco de ser responsabilizado criminalmente. Foi assim que, quando confrontado novamente com as suas declarações prestadas na PGR, assumiu-os na íntegra.

À pergunta do Ministério Público porquê razão tentou prestar declarações contrárias àquelas que tinha prestado na PGR, Armando Tchau respondeu nos seguintes termos. “Há situações em que o declarante nem se lembra do que disse antes, mas quando é confrontado com documentos que ele mesmo assinou volta ao confronto”.



**INFORMAÇÃO EDITORIAL:**

**Propriedade:** CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beula  
**Autor:** Emídio Beula  
**Equipa Técnica:** Emídio Beula, Julião Matsinhe, Dimas Sinoa, Américo Maluana  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
 Telefone: +258 21 085 797

**CDD\_moz**  
**E-mail:** info@cddmoz.org  
**Website:** http://www.cddmoz.org

**PARCEIRO PROGRAMÁTICO**

**PARCEIROS DE FINANCIAMENTO**

